

A questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social: apontamentos e desafios

The ethnic-racial issue in Social Work curricula: notes and challenges

Maria Helena Elpídio* 

Sandra Regina Vaz da Silva** 

João Paulo da Silva Valdo*** 

RESUMO

O artigo tem por objetivo apresentar resultados preliminares da pesquisa “A questão Étnico-Racial e os fundamentos do Serviço Social: uma necessária relação na formação profissional”. A partir de uma pesquisa documental, demonstraremos os principais dados coletados nos sites eletrônicos das Unidades de Formação Acadêmica filiadas a ABEPSS/ Região Leste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) referentes aos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos (PPC's) de Serviço Social, sistematizados de acordo com a natureza das disciplinas (obrigatórias, optativas ou eletivas) e suas respectivas ementas. Seguidos por reflexão teórico-crítica em torno dos resultados iniciais, que indicam tendência geral de inserção da temática nos conteúdos curriculares, porém, em processo diverso e disperso. Nos limites deste artigo, apresentaremos as principais tendências teóricas no debate do antirracismo como a necessidade e importância de pesquisas e produções coletivas sobre a questão étnico-racial no Brasil, fortalecendo as Diretrizes da ABEPSS.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; ABEPSS; Currículos; Questão étnico-racial.

ABSTRACT

The article aims to present preliminary results of the research “The Ethnic-Racial Question and the Foundations of Social Service: a Necessary Relationship in Professional Training”. The main data collected on the websites of the Academic Training Units affiliated with ABEPSS/East Region (Rio de Janeiro, Minas Gerais and Espírito Santo) will be demonstrated, referring to the Political-Pedagogical Projects of the Social Service courses (PPC's), systematized according to the type of the disciplines (mandatory, optional or elective) and their respective syllabi. Followed by theoretical reflection around the initial results, which indicate a general tendency of insertion of the theme in the curricular contents, however, in a diverse and dispersed process. Within the limits of this article, we will present the main theoretical tendencies in the debate of anti-racism such as the need and importance of research and collective productions on the ethnic-racial issue in Brazil, strengthening the ABEPSS Guidelines.

Keywords: Social work; Professional Training; ABEPSS; CVs; Ethnic-racial issue.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91738>

*Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. E-mail: lenaeabreu@gmail.com.

**Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: sandravaz@id.uff.br.

***Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. E-mail: jpsilvaldo@gmail.com.

Como citar: ELPÍDIO, M. H.; SILVA, S. R. V. da; VALDO, J. P. S. A questão étnico-racial nos currículos de Serviço Social: apontamentos e desafios. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 84-99, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91738>.

Recebido em 31 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 18 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final: Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

O presente artigo apresenta resultados preliminares da pesquisa *A questão étnico-racial e os fundamentos do Serviço Social: uma necessária relação na formação profissional*, que têm por objetivo debater e analisar como vêm ocorrendo a incorporação do debate étnico-racial na formação profissional, e como este se articula aos Fundamentos do Serviço Social, em consonância com as Diretrizes Curriculares (DC) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. A proposta integra o projeto de pesquisa em rede internacional que inclui Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Argentina, Portugal, Espanha e Reino Unido, intitulado *O Serviço Social na história: Questão Social e movimentos sociais – América Latina e Europa (1960 – 2020)*.

Neste trabalho, a partir de uma análise documental, serão apresentados os principais dados referentes aos Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos (PPC's) de Serviço Social da Região Leste da ABEPSS (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) seguidos por breve reflexão teórica em torno dos resultados iniciais, as principais tendências teóricas sobre o antirracismo, além do aprofundamento acerca da questão étnico-racial articulada ao debate de Formação, Fundamentos e Questão Social.

Ao partimos do método crítico-dialético, compreendemos essa proposta de pesquisa como indispensável para a discussão contemporânea no Serviço Social, pois entende-se que a questão étnico-racial, apreendida como elemento da totalidade histórica, possui uma centralidade para compreender o conjunto das relações sociais no capitalismo e, por conseguinte, a realidade social brasileira. Articula-se nesta direção, ao processo de produção e reprodução do capitalismo, uma vez que, o racismo é um fator determinante para o avanço e aprofundamento deste modo de produção, que é sustentado por sua relação de exploração de classe e opressão. Os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa trazem aspectos quanti-qualitativos, que revelam como os cursos de serviço social se colocam no processo de enraizamento do movimento atual da categoria profissional, que tem investido esforços na incorporação da questão étnico-racial, na direção orientada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e Código de Ética de 1993.

Nesse horizonte de enraizamento do debate, destacamos a relevância de pesquisas acadêmicas, crescentes, sobretudo na última década, como também as produções e formulações coletivas que emergem dos fóruns de debates das organizações representativas de nossa profissão (resoluções, orientações, campanhas e outros). Em especial, podemos destacar os “Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social” e a “Plataforma Antirracista” da ABEPSS, que apresentam possibilidades de interlocução com as Diretrizes Curriculares, dialogando com os diversos conteúdos dos núcleos de fundamentação da formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018).

No entanto, as diferentes abordagens da temática racial presente nos currículos analisados, revelam semelhanças com o que ocorre no interior dos próprios movimentos sociais organizados em torno da pauta antirracista, quanto no âmbito das discussões sobre os fundamentos do Serviço Social. Com base em tais premissas, procuramos demonstrar neste artigo, algumas reflexões e contribuições que se somam à processualidade sobre as principais tendências teóricas em torno do debate antirracista.

Organizamos a exposição deste trabalho em dois tópicos, além da introdução e das considerações finais. Inicialmente apresentamos a vinculação entre os fundamentos do Serviço Social e o debate da questão étnico-racial, apreendendo a profissão e as relações étnico-raciais como parte do movimento da história e das determinações societárias. Em seguida, dissertamos sobre as tendências e os desafios de incorporação da questão étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social, especialmente, da região Leste da ABEPSS.

Os Fundamentos do Serviço Social e a Questão étnico-racial

Entendemos como ponto de partida a discussão dos fundamentos do Serviço Social vinculado à profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, determinada pela relação e disputa entre as classes fundamentais, que atribuem ao Serviço Social uma dimensão contraditória: os interesses antagônicos e em disputas estabelecidos pelo trabalho da e do assistente social (Iamamoto; Carvalho, 2005). Esse entendimento marca a viragem do projeto profissional do Serviço Social, situando-o não só como profissão, mas também os seus sujeitos profissionais como parte da classe trabalhadora que se orienta, hegemonicamente, por um projeto em defesa de sua classe.

Esse entendimento sobre os fundamentos de nossa profissão pressupõe privilegiar a historicidade, não com o intuito de contar sua história, mas de apreender o Serviço Social em seu próprio movimento em seu processo de transformação frente às mudanças históricas e socialmente determinadas. (Iamamoto; Santos, 2021)

Logo, para analisá-lo em seu próprio movimento e dentro do movimento da história, é preciso buscar os elementos que explicam as relações sociais de seu tempo. No caso do Serviço Social brasileiro, apanhar os elementos e processos que estruturam os fundamentos da formação sócio-histórica latino-americana é importante para entender os fundamentos do Serviço Social brasileiro. Pois, entender tais particularidades permite apreender o processo de reprodução do capitalismo em sua lei do desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, compreender a relação do capitalismo dependente tendo por base o colonialismo e escravismo e suas implicações na produção e reprodução das relações sociais que pavimentam e aprofundam os traços do Imperialismo (Moura, 2020).

Neste sentido, a América Latina, desde a invasão, desempenha uma função na totalidade da produção/reprodução do capital, seja no período do colonialismo, como elemento na acumulação primitiva, base para o desenvolvimento do capitalismo, ou no Imperialismo, fase madura do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (Fernandes, 1976). No estágio superior do capitalismo em sua fase monopolista, houve a combinação de estratégias econômicas, políticas e ideoculturais coloniais – atravessadas estruturalmente pelo racismo –, para perpetuar de forma exploratória a dominação e expansão hegemônica dos centros capitalistas (Moura, 2014; 2020).

Logo, a análise sobre a dependência exige um rigoroso exercício sobre o método em Marx. Isso porque esse exercício é fundamental no que se refere à tese de que a questão étnico-racial e a questão social são indissociáveis. As argumentações e caminhos analíticos para esta afirmativa é plausível de convergências e divergências ora explícitas, ora encobertas por diferentes apreensões dentro e fora da tradição marxista. Tais polêmicas não serão diretamente tratadas neste artigo, mas, é digno de nota, a necessidade do aprofundamento desse debate no desenvolvimento desta pesquisa.

Assim, toma-se como pressuposto a lógica marxiana ancorada dentre outros aspectos do método, a lei geral da acumulação explica como a exploração da força de trabalho dinamizada por uma divisão social do trabalho, permite, destarte, associar o racismo como um elemento estrutural para o desenvolvimento do capitalismo. É movimento dialético da história que a questão social e a questão racial se entrelaçam em um processo de exploração que nos permite compreender que para a criação e multiplicação do mais-valor, a divisão social, racial, sexual e territorial do trabalho atua como fonte inesgotável de exploração da força de trabalho nas dimensões materiais e espirituais do capitalismo, como forma social carregada de contradições, estranhamentos e ilusões. (Marx, 2011; 2013)

O racismo, por apoiar-se na ideia de uma supremacia branca em detrimento da desumanização de negros, certamente, é um desses elementos estruturais que divide e cria uma falsa hierarquia presumida e a naturalização da enganosa incapacidade do negro para o trabalho livre e especializado (Moura, 2019). Deste raciocínio é possível desvelar o fetiche ancorado na ideologia de inferioridade entre as raças, que, na verdade, é na sociedade de classes que se cria e alimenta a perversa divisão racial que pressupõe, na esfera da imediatividade, que há uma divisão natural do trabalho. Assim, o antagonismo de classes tende a deslocar-se para a disputa no interior de si mesma. Ao invés da contradição capital *versus* trabalho ser revelada como cerne do processo de exploração, é determinado ao negro o lugar na base superexplorada na sociedade de classes. (Moura, 2014, 2021, 2023)

Assim, a questão racial está no cerne do método que considera a totalidade histórica e a particularidade das diferentes formações sociais sob a égide do capitalismo (Ianni, 2004; Moura, 2019), e, conseqüentemente, da realidade brasileira (e latino-americana),

sobretudo, a sua relação orgânica e dialética com o processo de produção e reprodução do capitalismo enquanto totalidade (Souza, 2020). Assim, o racismo presente nas economias dependentes se conecta ao racismo estruturante dos países centrais, e se explicita como elemento estrutural. Ou seja, não é possível pensar as relações sociais capitalistas sem ter o racismo como determinante. Portanto, no Brasil:

[...] o capitalismo dependente se estruturou sobre a continuidade das formas de racionalização da dominação de classes, herdada do escravismo colonial e reforçou institucionalmente, por meio da atuação estatal, os mecanismos de reprodução da dominação. Mas o racismo estrutural no capitalismo dependente não é uma mera herança colonial, ele é parte inerente das relações sociais que se desenvolvem no seio desse modo de reprodução. (Souza, 2020, p. 136)

Importante salientarmos que esse entendimento teórico-metodológico é resultado do processo de aproximação não só com a teoria social de Marx, mas, sobretudo com as lutas, organizações e movimentos sociais que se direcionam na defesa dos interesses da classe trabalhadora, que o Movimento de Renovação do Serviço Social (Iamamoto; Santos, 2021; Netto, 2005) é síntese. Desse processo resulta a direção ético-política e teórico-metodológico hegemônica que sustentam a profissão desde o início da década de 1980, materializado na Lei que Regulamenta a Profissão (1993), no Código de Ética (1933), nas Diretrizes Curriculares (1996), nas articulações com movimentos sociais da classe trabalhadora, e na produção de conhecimentos.

As Diretrizes Curriculares são fruto de um amplo e diversificado debate acadêmico em oficinas locais, regionais e nacionais, realizadas pela antiga Associação Brasileira de Educação, Saúde e Assistência Social (ABESS) e as entidades representativas do conjunto Conselho Federal de Serviço Social – CFESS / Conselho Regional de Serviço Social - CRESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social - ENESSO. Sua estruturação é sustentada por três núcleos de fundamentação: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c) Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social. Essa organização, como reforça Iamamoto (2014, p. 620), a despeito de ser muitas vezes tratada como uma tricotomia independente uns dos outros, foi pensada enquanto níveis diferentes de abstração que são necessários, complementares e interdependentes para entender, de fato, o Serviço Social na dinâmica societária. “[...] Abrangem, respectivamente, dimensões teórico-sistemáticas, particularidades históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis à sua análise.”

Esse entendimento é importante para a nossa pesquisa, pois demonstra nossa compreensão sobre os Fundamentos do Serviço Social, que é decifrado pensando-se em seus diferentes níveis de abstração; explicita o diálogo e compreensão fundamentalmente através da teoria social de Marx, em especial do método como elemento importante, não só para entender a profissão, mas, também, para compreender a questão étnico-racial como fundante e estruturante da realidade brasileira.

Entendendo que a proposta teórico-metodológica construída nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social de 1996 é resultado do acúmulo histórico da profissão e que a aproximou não só da teoria social de Marx, como da classe trabalhadora e de suas formas de luta e organização, podemos considerar que a incorporação da questão étnico-racial, embora tardia, não deixou de se fazer presente na lógica de organização das Diretrizes. Mas, ao contrário disso, revela-se atual, pois se ancora na leitura da realidade a partir de uma teoria social crítica que compreende a particularidade de nossa formação sócio-histórica, sem perder o lastro com a totalidade.

A presença do racismo na sociedade, incluindo instituições de ensino e a categoria profissional, pode explicar a incorporação tardia dos debates referentes à questão étnico-racial. Porém, é preciso reconhecer que o processo de construção do projeto ético-político também abriu possibilidades consistentes para a reemergência e reconstrução da apreensão da questão racial, considerando a sua profunda relação com a compreensão da realidade social e da luta de classes. Por conseguinte, tem-se um adensamento necessário para o avanço na concepção de questão social na radicalidade de seus fundamentos que direcionam a discussão sobre o trabalho e formação profissional em sua dinâmica sócio-histórica. (Elpídio; Valdo, 2022)

Com base nesta compreensão apresentamos os apontamentos preliminares sobre a incorporação da questão étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social da região Leste da ABEPSS.

A incorporação da questão étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social da região Leste da ABEPSS: tendências e desafios

Apresentamos a análise dos currículos das Unidades de Formação Acadêmica - UFA's filiadas à ABEPSS na região Leste, que tem como horizonte as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a defesa de um projeto profissional crítico e emancipatório.

No processo da pesquisa identificamos um total de 18 UFA's listadas para a Regional Leste, mas duas delas foram desconsideradas para a análise, por não oferecerem a modalidade presencial do curso de graduação em Serviço Social. Apesar de ainda aparecem como

filiadas no site da entidade, elas não se qualificam ao processo de filiação da ABEPSS, conforme prevê o seu Regimento¹. Isso posto, o fato é que passamos a trabalhar com um universo de 16 escolas afiliadas.

A Regional Leste da ABEPSS abarca escolas de Serviço Social de três estados brasileiros, quais sejam Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo que atualmente estão assim divididas na Regional. No estudo identificamos então como universo, duas unidades no Espírito Santo, seis em Minas Gerais e oito no Rio de Janeiro; totalizando 16 escolas. Quanto à natureza jurídica, temos 12 escolas de Serviço Social públicas, sendo 10 (dez) federais e 02 (duas) estaduais; e 04 (quatro) privadas, e destas 03 (três) filantrópicas e 01 (uma) mercantil.

Em busca de conhecer as disciplinas e os conteúdos que debatem a questão étnico-racial, analisamos os Projetos Pedagógicos-Curriculares (PPC's), a partir das ofertas de disciplinas com associação ao debate, sistematizando conforme a disposição na grade curricular, ementas, programas, bibliografias etc. Os descritores utilizados para localizar o debate nos PPC's são: *etnia; étnico-racial; raça; negro; escravidão; antirracismo; escravismo; colonialismo; racial; racismo*.

A partir da busca desses dados elaboramos quadros organizados por associações entre disciplinas e o debate da questão racial, assim dispostos: disciplinas obrigatórias que abordam diretamente a questão; disciplinas optativas que o abordam diretamente; disciplinas obrigatórias que abordam a questão relacionando a outros elementos da formação; e disciplinas optativas que abordam o debate relacionando a outros elementos da formação. Também agrupamos as disciplinas com base nos três núcleos de fundamentação propostos nas Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (2016).

Sobre a temática étnico-racial nos currículos das UFA's, constatamos que, em geral, houve uma tendência nos currículos implementados a partir de 2018, de reconstrução e ou adequação dos projetos pedagógicos, com vistas a aproximar a temática de elementos estruturantes do currículo. Percebe-se na organização das disciplinas e de seus temas e ementas, uma atenção mais diretamente voltada ao debate. Os documentos mostram, todavia, que esta tendência não é linear, harmoniosa ou natural. Como se observa no extrato de um documento citado no PPC da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que expressa o processo de mobilização estudantil na discussão institucional, pautando a construção coletiva das alterações necessárias no currículo. Vejamos como este elemento se evidencia no processo de inserção da temática étnico-racial em seu projeto político pedagógico:

1 A rigor, essas Unidades de Formação não mais poderiam estar afiliadas, pois o Regimento da Associação prevê apenas filiação de Unidades de Formação com oferta do curso de Serviço Social na modalidade presencial. É possível que tais Unidades de Formação deixaram de ofertar o curso na modalidade presencial e sua situação ainda não foi atualizada na página oficial da ABEPSS.

A nova proposta parte do protagonismo do Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social Dona Ivone Lara, que no segundo semestre de 2019 adensou uma mobilização [...] Em resposta ao processo político [...] a Congregação da Escola de Serviço Social aprovou por unanimidade a criação de um GT - Grupo de Trabalho com o intuito de elaborar uma proposta de disciplina obrigatória para o curso de Serviço Social [...]²

É possível afirmar que há um processo de mobilizações, principalmente de coletivos organizados em torno da pauta antirracista, que vem pressionando por uma maior atenção e compatibilização desta pauta com o projeto de formação construído no âmbito das escolas afiliadas à ABEPSS. Esse movimento também se observa no interior da própria categoria de assistentes sociais e das suas entidades representativas, que foram provocadas por seus sujeitos políticos a elaborar documentos, normas e campanhas, dentre as quais destacamos: Campanha do CFESS: Assistente Social no combate ao preconceito-racismo (2016); Subsídios da ABEPSS para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (2018); Plataforma antirracista da ABEPSS (2022); Nota Técnica do CFESS sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia (2022); e Resolução CFESS 1.054/23, que estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional do/a assistente social (2023). Ademais, a normativa que trata da lei 10.639/2003 e 11.645/2008, como dispositivo fundamental para uma educação antirracista, embora direcionada ao ensino fundamental e médio, são recomendações constantes para os currículos do ensino superior. Esse processo permanece como um grande desafio a ser consolidado.

Então, ainda que mais alguns dados referentes aos anos de entrada em vigência das matrizes curriculares que fazem parte desse universo sejam necessários, já podemos apontar, na Regional Leste, uma provável tendência à incorporação da pauta pelas escolas de Serviço Social, bem como tentativas de modificações curriculares no sentido de incluir a discussão racial como elemento inerente ao projeto de formação profissional em Serviço Social.

Os dados acessados até o momento apontam também que este processo ocorre em ritmos e com conteúdos diversos. E, em certo sentido, parece-nos que a (re)construção curricular ocorre particularizada pelas condições conjunturais de cada Instituição de Ensino Superior (IES) e suas especificidades regionais.

Podemos afirmar que a inserção da temática nos currículos ocorre em compasso com o debate nacional, que é impulsionado por coletivos e entidades da categoria,

2 Novas atualizações curriculares para inserção do debate étnico-racial. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://ess.ufrj.br/images/graduacao_ess/Grade20221/Novas-atualizacoes-curriculares-para-insercao-do-debate-etnico.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

mas com ritmos e abordagens diversificadas, com distintos referenciais que discutem a questão. Ou seja, parece-nos, até o momento, que o movimento de reformulações curriculares não segue, pelo menos ainda, uma pactuação ou direcionamento nítido e articulado com a concepção de articulação proposta nas DC, muitas vezes, ainda presos ao nível institucional de cada IES. Para ilustrar essa percepção, podemos exemplificar escolas com disciplinas que tratam especificamente a questão étnico-racial no conjunto de suas obrigatórias, enquanto outras procuram inserir o debate em conteúdos de disciplinas obrigatórias já existentes com algumas inserções nas ementas. Majoritariamente, tal inserção tem comparecido nas ementas de disciplinas relacionadas à formação social brasileira e ao debate em torno da questão social. Ou seja, o debate fica lacunar ou ausente nas disciplinas dos núcleos de fundamentos da vida social e do trabalho profissional.

Do ponto de vista da grade obrigatória em que constam disciplinas que abordam diretamente a temática étnico-racial, sua distribuição em termos de carga-horária tende a ser uma única disciplina de 60 horas e a periodização da disciplina é bem variada, podendo estar dispostas entre o 3º e 7º períodos da grade. Ademais, as propostas são extremamente variadas em seus conteúdos, abordagens teóricas e referências.

Importante também destacar que várias escolas têm disciplinas optativas diretamente voltadas à questão étnico-racial. Porém, nem todas disponibilizam optativas desta natureza. E, dentre as que possuem, algumas abordam a temática racial de forma exclusiva, enquanto outras o fazem em conjunto com conteúdos que trazem outras formas de opressão presentes nas relações sociais vigentes, como as questões de gênero, orientação sexual, geracional e de pessoas com deficiência, diluindo o debate.

Em relação as ementas, evidencia-se a diversidade de abordagens das escolas sobre a temática racial. Há ementas que relacionam diretamente a questão racial à categoria classe social. Outras enfatizam o enfoque em resistências e lutas antirracistas, mas como pautas específicas vinculadas à luta do povo negro, em especial, por meio do acesso às políticas públicas, sem necessariamente vincular estas lutas às lutas de classes. Há abordagens que enfatizam o multiculturalismo e a identidade negra, sem relacionar diretamente com as relações sociais de produção. E há ainda aquelas que abordam a temática a partir de políticas sociais e da construção de políticas afirmativas. Este achado parece importante por expressar um debate presente tanto no interior dos movimentos sociais organizados em torno da pauta antirracista quanto no âmbito das discussões sobre os fundamentos do Serviço Social, que em nossa interpretação, carece de acúmulos teórico-metodológicos de modo a desvelar este encontro/desencontro. Nos limites deste artigo, avançaremos sobre o debate antirracista, mas antecipando a necessidade de avançar no debate em torno das diferentes compreensões em torno dos fundamentos do Serviço Social e sua relação com a questão racial.

Em primeiro lugar, importa dizer que a questão colocada acima não é apenas uma especificidade da luta antirracista, pois esta constatação evidencia como as pautas por melhores condições de vida, trabalho, sociabilidade, justiça social, direitos humanos e, no caso das lutas negras, pela estratégia de (re)existência, são dinamizadas no movimento contraditório da história.

Na clandestinidade que marcou o antirracismo na ditadura, foi inegável as contribuições oriundas de grupos de estudos e pesquisas de âmbito universitário, que adquiriram influência (direta ou indireta) do marxismo – inclusive do marxismo acadêmico (Netto, 2011) -, com destaque a tradição francesa e inglesa, a exemplo de Sartre, Althusser e Thompson, mas especialmente de revolucionários terceiro-mundistas que partiam das experiências de lutas anticoloniais, anti-imperialistas e por libertação nacional, com base na Revolução Cultural Chinesa, Revolução Cubana, Revolução Africana e outras mais. A radicalidade pan-africanista, a luta por direitos civis nos EUA, as experiências do Partido dos Panteras Negras para a Autodefesa (*Black Panther Party* - BPP) e a ampliação do trotskismo no mundo e seu estreitamento com a “questão negra”, especialmente sob a influência de C. L. R. James (1901 – 1989), marcaram o processo de reorganização do movimento negro brasileiro e seu posicionamento político antirracista, anticapitalista e revolucionário (Silva, 2024).

É fato que o Relatório de Krushev, em 1956, e o processo de desestalinização, o “Maio de 68” francês, a contracultura e a emergência da chamada *new left* impactaram o mundo. No Brasil esses acontecimentos ocorreram em meio ao projeto nacional-desenvolvimentista que foi acenando para um caráter contrarrevolucionário, marcado pela ditadura civil-militar e empresarial, que obteve como resposta, a resistência e efervescência de lutas sociais com inspiração de esquerda contra o regime estabelecido. A crise do “milagre econômico” brasileiro resultou em uma explosão de contestações e reivindicações que se desdobrou na emergência e aglutinamento da diversidade de bandeiras de lutas no emergente Partido dos Trabalhadores – PT, que foi a aposta coletiva para a saída democrática - e diga-se radical - frente à ditadura. Esse período foi marcado também pelo ascenso das teorias sobre o “novo” nos movimentos sociais brasileiros. Eram “novos sujeitos” em cena, mas que apresentavam velhas pautas com caráter estruturante (Silva, 2024).

Os desdobramentos em torno do debate sobre os movimentos sociais e a questão democrática seguiram em uma linha ainda mais profunda, de afirmação da sociedade civil como lugar de política prioritária, na medida em que avançou a redemocratização (Braz, 2012). A luta por direitos sociais era uma necessidade histórica de gerações, que clamavam pelo direito à cidade, moradia, trabalho, infância e assim por diante.

Desse modo, podemos evidenciar que a década de 1990 foi a promessa de novos tempos, pós Constituição Federal de 1988, em que os direitos sociais básicos foram reco-

nhecidos em lei. O racismo foi definido como crime inafiançável e imprescritível. Povos indígenas e quilombolas tiveram suas terras reconhecidas como propriedade definitiva. Mas, a conjuntura de ofensiva neoliberal gerou um grande retrocesso.

Os mecanismos e aparatos repressivos da ditadura e as ideologias produzidas pela Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada à dinâmica do capital financeiro, trouxeram novos contornos e aprofundamentos das expressões da “questão social” no Brasil. E a consciência racial da população, atravessada pelo mito da democracia racial, cujo enfrentamento foi protagonizado pelo movimento negro nas últimas décadas, neste período, adquiriu novos contornos frente ao enfrentamento da criminalização da pobreza, genocídio negro e encarceramento em massa. A estratégia de ação política se delineou pelo combate ao racismo através da necessidade de construção de mecanismos institucionais, atravessados pelos rebatimentos neoliberais.

As construções em torno do mito da democracia racial foram sendo substituídas pela ideia de identidade cultural, que partia de uma interpretação multicultural. Essa perspectiva foi tomada como política internacional incentivada por agências internacionais e organismos multilaterais. E, mediante a mobilização política do movimento negro, o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, tornou-se o primeiro presidente brasileiro a reconhecer o racismo como um problema nacional, levando a discussão aos espaços internacionais, a partir da defesa de uma política multicultural para o país, com estratégias e mecanismos políticos institucionais.

Assim, o movimento da história, em sua dialética e concretude, foi atravessado pelo encontro entre as noções de democracia e cidadania com assento na igualdade e diferença. Tendências culturais, simbólicas e liberais ganharam forças mediante a reestruturação produtiva do capital, das medidas de contrarreforma do Estado, da expansão do terceiro setor e filantropia, da flexibilização das relações de trabalho junto à ofensiva ideológica do empreendedorismo e responsabilidade social como estratégia ao desemprego. Essa ofensiva, ao disputar a agenda política antirracista, dissolveu as hierarquias raciais no caldo da “tolerância à diferença” como estratégia política conservadora que foi expandida pelo pensamento estadunidense e ocupou o espaço do conflito ideológico do pós-Guerra Fria (Oliveira, 2021).

Destituído dos antagonismos entre as classes sociais e em meio a conjuntura de retrocessos e crise do marxismo - e também da crise da esquerda no mundo, aprofundamento do antimarxismo e anticomunismo (este último associado ao estalinismo) -, a necessidade de avanço no âmbito do enfrentamento mais imediato das expressões da “questão social”, ainda que em meio às contradições mediadas pela ofensiva neoliberal, foi a tônica desta trajetória e teve uma importância, apesar das confluências ideológicas e cooptação de pautas históricas por parte do Imperialismo.

O crescimento de interpretações gestadas nas universidades estadunidenses e inglesas, sobre a transição das ideias radicais terceiro-mundistas para as preocupações em torno do processo de descolonização, sobretudo de países africanos e asiáticos, tornou-se tendência, cuja origem provém de meados do século XX, quando houve a independência e libertação de nações dominadas pelo imperialismo e neocolonialismo nos países asiáticos e africanos.

A emergência dos estudos pós-coloniais é definida por Balestrin (2013) como um movimento epistêmico, intelectual e político que ganhou relevância nessa dinâmica. Apesar da amplitude de interpretações neste campo, essa tendência se fundamenta significativamente pela perspectiva pós-estruturalista, que dentre seus principais expoentes se encontram os intelectuais Jacques Derrida e Michel Foucault, além da corrente pós-moderna e os estudos culturais, em especial britânicos (Costa, 2006). Os debates incorporados por esta perspectiva buscam explicar as “lógicas coloniais modernas” atravessadas pelas categorias: globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora (Balestrin, 2013). Numa aproximação com os estudos culturais e multiculturais, o pós-colonialismo estabelece convergência à política de diferença e diversidade cultural encampada pelo neoliberalismo.

A perspectiva pós-colonial busca pautar e refutar epistemologicamente a produção e conhecimento científico que privilegiem a cultura nacional dos países europeus, por reproduzirem a lógica da relação colonial. Propõe uma reconfiguração das relações que foram hierarquizadas pois, nas sociedades não-ocidentais, as experiências dos sujeitos permaneciam tratadas de maneira funcional, semelhante ou oposta com o que se definiu como centro (Costa, 2006). O Grupo de Estudos Subalternos fundado na década de 70 no sul asiático por Ranajit Guha, dissidente do marxismo indiano, também levou ao acúmulo desta perspectiva.

Os *subaltern studies* ganharam visibilidade, sobretudo através dos intelectuais Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak. Esta última, ao apresentar seu trabalho para o público estadunidense, aproxima sua análise sobre o intelectual pós-colonial e o seu “lugar de fala”, partindo do clássico “Pode o subalterno falar?”. Para a autora, as noções de *differance* de Jacques Derrida e o hibridismo não são incorporados, e por isso o subalterno permaneceria silenciado, não podendo o intelectual pós-colonial fazer isso por ele (Balestrin, 2013).

Em solos latino-americanos os estudos pós-coloniais encontram o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos que emerge na década de 90, amplia, critica e rompe com a perspectiva pós-colonial e se desdobra no Grupo Modernidade/Colonialidade que, através de desdobramentos futuros chegam ao “Giro decolonial” (Balestrin, 2013). As epistemologias do sul e a referência ao sul global como projeto político, também com-

põem o rol de tendências teórico-políticas que se dinamizaram nas décadas seguintes como herança da perspectiva terceiro-mundista. Essas perspectivas em grande medida possuem raízes no marxismo, mas apresentam também tendência em refutá-lo de forma direta ou indireta, partindo da afirmação de seus limites, que esta teoria não dá conta de explicar a especificidade das formações sociais de base colonial e nem mesmo a questão étnico-racial.

Em meio ao contexto neoliberal de financeirização do capital e dominação imperialista, aliado ao trato teórico-político da tradição marxista perante essas temáticas, tais tendências se confluíram às lutas sociais no país com o argumento de ressignificar os seus papéis, revalorizar as experiências de grupos, comunidades e culturas subalternas, com centralidade para as pautas ambientais, culturais e educacionais.

Em síntese, a teoria pós-colonial foi se tornando crescente no movimento da história e bastante influente no âmbito da antropologia e ciências sociais, provocando desdobramentos teórico-metodológicos e também oposições. As suas saídas abrangem perspectivas liberais de um capitalismo mais humanizado e articulação com as agências internacionais do grande capital, cuja estratégia se volta para o “lugar de fala” do indivíduo, às políticas públicas e instituições, ao aspecto simbólico das representações e à cultura distante de uma vinculação de base estrutural e estratégias emancipatórias. E como é possível observar, o seu lastro encontra cada vez mais eco no Serviço Social.

Considerações Finais

Se partirmos da premissa que o racismo foi o motor da história que possibilitou o aprofundamento do modo de produção capitalista em nossa realidade, a questão étnico-racial possui centralidade nesta análise, pois é parte constitutiva da totalidade histórica em suas múltiplas determinações. Os fundamentos do Serviço Social perpassam necessariamente por essa interpretação, que demanda compreender que este debate é inerente a teoria social crítica de Marx.

As tendências teóricas aqui apresentadas, apesar de se colocarem como atuais, revelam antigas demandas pela existência/visibilidade dos sujeitos históricos no campo teórico-político, que, por vezes, foram ocultados por análises economicistas e abstratas sobre a classe social. Por outro lado, os seus conteúdos aspiram a tarefa de nosso aprofundamento em torno da tríade questão racial, Marx e a tradição marxista, considerando as diferenças, trato e apreensão de suas interpretações, de modo a evidenciar acúmulos, diálogos e necessidades de mediações frente a questão étnico-racial e o projeto de formação profissional.

Por fim, vale destacar que identidade negra não é a mesma coisa que identitarismo. Este último, provém de cooptação das pautas relativas à questão gênero, raça-etnia

e sexualidade e da potencialidade das lutas das sujeitas e sujeitos políticos que as constituem, em um momento estratégico de dismantelamento, crise capitalista, reestruturação produtiva e dominação imperialista no mundo. No Brasil, diferente da realidade de segregação estadunidense e sul-africana, o mito da democracia racial, enquanto um projeto político e ideológico burguês, operou nos processos de consciência étnico-racial da população para escamotear e dividir as suas lutas e por isso, a identidade étnico-racial é uma premissa fundamental para a tomada de consciência de classe em si e para si da população brasileira. É inegável que o antirracismo avançou na agenda política institucional brasileira, apesar de permeado por cooptação e interesses neoliberais, pautado pela política da diferença e diversidade. Na atualidade, essa perspectiva adentrou o maior canal televisivo do país. Liberais Progressistas, Afrocentrados e Marxistas representam três grandes campos sobre as tendências teóricas e políticas do antirracismo no Brasil (Farias, 2023), e embora tenham diferentes concepções, partilham de uma pauta em comum, o antirracismo, mas que para nós é intrínseco ao anticapitalismo e à radicalidade em seu enfrentamento.

É possível constatar que há uma tarefa coletiva para assegurar a incorporação do debate da questão étnico-racial no seu adensamento na tradição marxista, além do enorme desafio de avançar nessas mediações relativas à questão indígena, às lutas sociais e resistências destes povos, como forma de “ajuste de contas” sobre a enorme dívida social e política em relação a estes sujeitos históricos, de modo a construir uma perspectiva emancipatória de sociedade.

Contribuições: todas as autoras participaram da elaboração, desenvolvimento e revisão do artigo.

Agradecimentos: não se aplica

Agência financiadora: FAPES e CNPq

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica

Conflito de interesses: não há

Referências

ABEPSS. *Subsídios para o Debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social*. Brasília: ABEPSS, 2018.

BALESTRIN, L. A América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.11, Brasília, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004> Acesso em: 05 out. 2024.

BRAZ, M. Mudança no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das Ciências Sociais. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Orgs.). *Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

COSTA, S. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. da S. O Serviço Social na encruzilhada: a questão racial e o projeto de formação profissional. *Revista Libertas*, v. 22, n. 2, p.316 - 333, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2022.v22.39548>. Acesso em: 16 mar. 2025.

FARIAS, M. C. L. R. James na mira do Brasil. *Revista Fim do Mundo*, n. 8, Marília: Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos-IBEC, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/13997>. Acesso em: 21 jun. 2023.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 12ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO; M. V.; SANTOS, C. M. dos. (Org.) *A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MARX, K. *O' capital* – Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil Negro*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. In: MOURA, C. *Racismo e luta de classes no Brasil – textos escolhidos de Clóvis Moura*. Editora Terra sem amos, Brasil, 2020.

MOURA, C. *O negro, de bom escravo a mau cidadão?* 2 ed. São Paulo: Dandara, 2021.

OLIVEIRA, D. *Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. 1 ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, n. 84, ano XXVI. São Paulo: Cortez, nov. 2005.

SILVA, S. R. V. da. *A centralidade da questão racial nas lutas de classes no Brasil: um estudo a partir de organizações da esquerda brasileira entre a ditadura e a redemocratização*. 360 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, 2024.

SOUZA, C. L. S. de. *Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente*. São Paulo: Hucitec, 2020.